

**NO PRINCÍPIO ERA O SÍNODO  
RESGATE DA ECLESIOLOGIA SINODAL DAS ORIGENS  
IN THE BEGINNING WAS THE SYNOD  
RESCUE OF THE SYNODAL ECCLESIOLOGY OF THE ORIGINS**

Antônio Sagrado Bogaz\*  
João Henrique Hansen\*

RECEBIDO: 07/04/2022

APROVADO: 02/05/2022

DOI: 10.56316/espacos.v30i1.859

**Resumo:** A proposta do Papa Francisco, em vistas de uma renovação eclesial e eclesiástica, para construir um caminho sinodal para a Igreja, soou como uma grande novidade e até despertou críticas de alguns setores da Igreja e da Teologia, habituados que são a uma concepção de Igreja profundamente hierárquica, cristalizada em suas estruturas e pouco participativa. Esta realidade herdada dos séculos de nossa história, ocorre sobretudo nas esferas laicais, mas também nas normativas institucionais. Entretanto, podemos considerar que a Igreja é sinodal desde suas origens e as formas de conduzir sua evangelização, celebração e decisões sempre testemunharam o “caminhar juntos”, incluindo suas questões organizacionais e celebrativas. Para iluminar a renovação eclesial dentro do propósito da sinodalidade, procuramos buscar as formas conceituais deste estilo de ser Igreja. Na sequência, resgatamos as formas relacionais e participativas dos cristãos, compreendendo suas funções e vocações ministeriais. Compreendendo melhor a genuína comunhão e participação dos cristãos dos primeiros séculos, teremos mais fundamentos e experiências para renovar nossa Igreja de nossos tempos dentro do espírito sinodal.

**Palavras-chave:** Sínodo e sinodalidade; raízes patrísticas; comunhão e participação; renovação eclesial.

**Abstract:** The proposal of Pope Francis, in view of an ecclesial and ecclesiastical renewal, to build a synodal path for the Church, sounded as a great novelty and even aroused criticism from some sectors of the Church

---

\* Doutor em Teologia Sistemática e doutor em Teologia Litúrgica (PIL/Roma). É professor de Teologia Patrística e Liturgia no ITESP.

\* Doutor em literatura, pela USP, e pós-doutor em Ciências da Religião (UMESP-SP). É professor de teologia e pesquisador do fenômeno religioso.

and Theology, accustomed as they are to a deeply hierarchical conception of Church, crystallized in its structures and little participatory. This reality, inherited from centuries of our history, occurs above all in the lay spheres, but also in the institutional norms. However, we can consider that the Church is synodal since its origins and the ways of conducting its evangelization, celebration and decisions have always witnessed the "walking together", including its organizational and celebratory issues. To illuminate the ecclesial renewal within the purpose of synodality, we seek to search for the conceptual forms of this style of being Church. In the sequence, we rescue the relational and participative forms of Christians, understanding their ministerial functions and vocations. Understanding better the genuine communion and participation of the Christians of the first centuries, we will have more foundations and experiences to renew our Church of our times within the synodal spirit.

**Keywords:** Synod and synodality; patristic roots; communion and participation; ecclesial renewal.

## **Introdução**

É impressionante. Todas as vezes que aparece um discurso renovado na vida da Igreja, parece que todos os espíritos se espantam, como se tivéssemos voltado aos tempos dos embates ortodoxos *versus* heréticos. Várias vezes, quando os pastores da Igreja, as comunidades teológicas e sobretudo os fiéis no exercício de sua espiritualidade devocional ou ritual buscam inovar e aperfeiçoar suas práticas cristãs e católicas, os fundamentalistas de plantão levantam as vozes e insistem em iniciar uma “cruzada doutrinal-litúrgica ou eclesiástica”, posicionando-se como defensores da verdadeira tradição. Lamentável sempre essa identificação entre Tradição-tradição e tradicionalismo-tradicionalistas. São posturas imperativas e anti-dialogantes, nas quais devemos fazer pouca demora. Estas situações despontam quando aparecem as questões pastorais e litúrgicas, como a participação dos leigos na vida litúrgica, a presença feminina nos ministérios, a comunhão sacramental sob duas espécies, entre

ANO 30, Nº 1 (JAN-JUN), 2022, P.103-129.

tantas. Séculos de cristalização de algumas posturas dificultam a recuperação do retorno às origens, sejam bíblicas, sejam patrísticas. Este é o prólogo para introduzirmos o tema da sinodalidade dentre os apóstolos nas primeiras ações das comunidades e na evolução eclesial das comunidades primitivas. Quando os Apóstolos viveram a impressionante experiência de Pentecostes, saíram pelas cidades, regiões e povos para instituir o Reino de Deus, compondo comunidades participativas e integradas, com uma importante vivência fraterna entre os membros integrantes da comunidade, evitando discriminações étnicas ou ministeriais. Um olhar longínquo e profundo sobre as experiências bíblicas e patrísticas nos iluminará na construção de uma Igreja de comunhão e participação, seja uma comunidade mais que eclesiástica, seja eclesial.

Colhendo as primeiras anotações que acenam ao Sínodo na Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos, o Papa insiste que caminhar juntos é um imperativo em nossos tempos, para superar o ostracismo da sociedade contemporânea. É a atualização genuína do Concílio Vaticano II que nos faz perceber nossa história, nossa tradição e nossas perspectivas futuras, para desenhar um projeto para a nossa atuação eclesial no presente (FRANCISCO, 2021, p. 2).

### **1. Para entender os propósitos de Francisco**

O Papa convoca um Sínodo para imprimir à Igreja uma metodologia sinodal. Assim, ele considera que esta trajetória é um tema decisivo para a vida e a missão da Igreja, pois o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio.

Colhemos os propósitos do Documento Preparatório, logo na sua abertura. Com esta convocação, o Papa Francisco convida a Igreja inteira a interrogar-se sobre um tema decisivo para a sua vida e a sua missão: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”. Este itinerário, que se insere no sulco da “atualização” da Igreja, proposta pelo Concílio Vaticano II, constitui um dom e uma tarefa: caminhando lado a lado e refletindo em conjunto sobre o caminho percorrido, com o que for experimentando, a Igreja poderá aprender quais são os processos que a podem ajudar a viver a comunhão, a realizar a participação e a abrir-se à missão. Com efeito, o nosso “caminhar juntos” é o que mais implementa e manifesta a natureza da Igreja como Povo de Deus peregrino e missionário (FRANCISCO, 2021, p. 1).

Quando o Papa Francisco anunciou o Sínodo na sua missa de abertura, na Basílica de São Pedro (10 de outubro de 2021), *ele revelou na sua homilia que* seu propósito é a renovação da Igreja, para que seja mais presente na conjuntura universal e sobretudo mais envolvente em seus campos pastorais e litúrgicos. Se considerarmos verdadeira a máxima eclesial, *ecclesia semper reformanda*, como consequência devemos admitir e mesmo auspiciar que devemos sempre evoluir e integrar-se nos novos tempos, com o propósito da eficácia e da fecundidade na história. Neste sentido, na mesma Homilia, anota que “fazer Sínodo significa caminhar pela mesma estrada, caminhar em conjunto. Fixemos Jesus, que na estrada primeiro *encontra* o homem rico, depois *escuta* as suas perguntas e, por fim, ajuda-o a *discernir* o que fazer para ter a vida eterna. *Encontrar, escutar, discernir*: três verbos do Sínodo...” Esta é a inspiração do Sumo Pontífice, na Homilia de Abertura do Sínodo, na Basílica de São Pedro.

Este caminho da comunidade eclesial busca sua inspiração na gênese da Igreja. Este projeto *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*, que será a referência das reflexões e das atitudes de todos os fiéis cristãos e católicos e tantos de boa vontade, teve seu início nos dias 9-10 de outubro de 2021, em Roma, e no dia 17 de outubro de 2022 terá a integração das Igrejas particulares do mundo inteiro. Seu ápice será a celebração da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em outubro de 2023. Percebendo o significado desta projeção sinodal, podemos colher melhor as passagens bíblicas que concretizam esta forma de ser da Igreja nascente, quer dizer, a ação do Mestre com seus discípulos e seguidores, homens e mulheres, nas suas andanças e vivências nas cidades, praças e lares da Palestina.

A prática sinodal na Igreja refere-se sempre ao encontro convocado pela autoridade eclesiástica, como responsável e autoridade da comunidade cristã sob sua jurisdição. Sempre estes encontros sinodais são convocados quando as lideranças da Igreja têm o propósito de ouvir e dialogar com todos os setores da Igreja. Partindo da sua etimologia, o termo, de origem grega (*synodos*), quer dizer “caminhar (gògos) juntos (syn), seguindo um plano comum, estipulado pela própria assembleia, para melhor servir a seus projetos próprios. O sínodo é sempre um apelo ao diálogo entre todos os membros componentes da Instituição, para buscar passos mais seguros na direção do porvir e assegurar maior envolvimento de todos os seus pares.

Dentro do catolicismo romano, o sínodo tem diversas possibilidades, podendo ser universal, envolvendo todas as dioceses ao redor do Sumo Pontífice, temático, ao envolver muitas regiões ou todas dioceses, para aprofundar um argumento específico ou mesmo regional ou diocesano.

Nestes casos suas discussões e abrangências são sempre circunscritas e submissas as normas gerais canônicas universais. Sua convocação é sempre de direito da autoridade máxima de sua abrangência e em unidade com a Igreja Universal. Em todos os casos, a convocação é feita segundo as normas do Direito e participam sacerdotes, diáconos e membros do laicato. Sendo nacional segue as determinações da Conferência Episcopal própria ou regional, pode ser convocado pela Conferência competente daquela porção da Igreja, sempre sob a jurisdição canônica pontifícia. As decisões destas reuniões sinodais exigem votações internas, conforme a participação de direito dos seus integrantes, e finalmente o reconhecimento pelo Papa.

As Igrejas orientais, por sua própria autonomia, se ordenam por seus códigos de direito próprios, onde a autoridade patriarcal é suprema, como *servatis servandis* de sua jurisdição. Sempre os sínodos têm como objetivo refletir, discutir e iluminar as autoridades eclesiásticas próprias para o exercício consensual da própria autoridade. Os Sínodos podem produzir um documento decisional, mas não é seu principal propósito, uma vez que pode servir como decisões consultivas para o Papa ou a autoridade que o convocou. Bem outra é a finalidade dos Concílios Ecumênicos que produzem documentos fundamentais, ainda que devam ser promulgados pelo Papa. Nas origens, os sínodos eram muito semelhantes aos Concílios e muitas vezes, a denominação não tinha fronteiras claras. Algumas vezes, os Sínodos se intitularam concílios e mais tarde foram designados como sínodos, uma vez que tinham as características específicas deste modelo de reunião eclesiástica, bem mais simples e abrangentes que os grandes Concílios. Nos primeiros séculos da Igreja, seja o período patrístico, os

Concílios eram grandes reuniões, envolvendo todas as Igrejas patriarcais e os sínodos foram designados como concílios regionais ou provinciais.

## **2. Sinodalidade nos primórdios, como inspiração para a Igreja contemporânea**

A Igreja nasceu sinodal. Não é difícil entender, nem compreender. Ela nasce da pregação de Jesus, que convidou seus primeiros parceiros de evangelização e como mestre caminhou com eles, descobrindo caminhos na história para instaurar o Reino de Deus. Por certo, era o Mestre e todos os seus seguidores, sejam os doze primeiros seguidores, sejam os que se agregavam na missão e todos que assumiram sua missão. Jesus caminhou com os discípulos e abria sempre o diálogo para a descoberta dos sinais de Deus na história e como agir quando os sinais não eram assumidos por seus discípulos. A hierarquia não era poder, mas inspiração e serviço para promover a responsabilidade de todos e o interesse pelos projetos do Pai, do qual, sendo Filho, faz-se embaixador (cf. Jo 10, 30). No momento de assumir esta grande responsabilidade, os discípulos tinham convivido com o Mestre e poderiam fazer reminiscência dos ensinamentos, mas faltavam-lhes as luzes divinas para compreender o que tinha experimentado cotidianamente naqueles meses pelas estradas e pelas praças, onde se davam as pregações, as ações e mesmo o silêncio do Mestre.

A Sinodalidade assume aspectos práticos quando devem comungar, dialogar e decidir como irmãos de um projeto que lhes fora entregue, como a planta de um edifício que devem edificar em conjunto. Este momento é iniciado no evento maravilhoso de Pentecostes, quando todos estão juntos – Apóstolos e Maria – e devem partir em missão, numa aproximação de

ideais e na pluralidade de situações. Todos partiram do mesmo projeto, aprendido na convivência com o Mestre, mas cada um deveria colocar em prática nas regiões onde partiram para evangelizar.

De fato, a recepção do Espírito Santo, que lhes vem como luz divina para clarear seu aprendizado, tem um grande significado para os primeiros cristãos. Em parceria, ainda que contando com a liderança de Pedro, a missão é sinodal, uma vez que congrega todos os discípulos, que devem compartilhar decisões e projetos, em harmonia. A prática sinodal está na gênese da comunidade eclesial, que se instaura como instituição humana, assim, histórica, concreta e enraizada na história, numa simbiose fundamental, que unificam a história da humanidade com a comunidade eclesial.

Um grande passo da sinodalidade podemos perceber na ação dos primeiros apóstolos, quando devem decidir sobre a circuncisão (ou não) dos gentios, como ritual para ingressar na comunidade dos “seguidores do Nazareno”. Podemos falar do Concílio de Jerusalém, que foi uma

reunião que congregou as principais lideranças da Igreja para decidir os rumos e a identidade da comunidade dos cristãos. De fato, sua importância consiste em ser a gênese dos inúmeros concílios que se sucederam ao longo dos séculos. Considerada importante a decisão de não impor à Igreja nascente as regras dos judeus e assim determinar que o cristianismo é autônomo de todas as culturas” (BOGAZ, 2022, p. 98).

Recordamos que, no princípio, ainda nas primeiras décadas da tradição apostólica, os títulos de “concílio” e “sínodo” não tinham distinção muito evidente. Voltando ao evento de Pentecostes, sabemos que se tratava de um acontecimento que se deu na festa das Semanas, quando grande multidão de fiéis acorriam a Jerusalém, com suas oferendas ao Templo, como gratidão a Deus pelos produtos dos campos. O espírito pentecostal se

ANO 30, Nº 1 (JAN-JUN), 2022, P.103-129.

espalha sobretudo os demais povos, que comungam os mesmos ideais e partilham a mesma linguagem. Partilhar a linguagem é um símbolo evidente de co-participação, onde todos podem falar e todos podem ouvir, num diálogo permanente de caminhantes. A pregação harmoniosa dos apóstolos revela o caminho sinodal da Igreja em sua primitiva origem, uma vez que são as mesmas pregações em diferentes formas linguísticas, simbólicas e rituais, em terrenos diferenciados de culturas bem diferentes. A sabedoria dos apóstolos ao pregarem a mesma essência do Evangelho em formas culturais distintas, revelam uma Igreja que soma os valores essenciais e congrega os bens diferenciados, próprios de cada comunidade humana. Por certo, considerando a figura de Pedro como apóstolo que congrega e confirma os demais apóstolos, a grandeza constitui na interação dos bens comuns do cristianismo e a busca de caminhos nas encruzilhadas, que exigem decisões unificadoras. De fato, Pedro é o primeiro e grande pregador da comunidade depois do grande acontecimento do cenáculo. Com a vinda do Espírito Santo ao mundo, uma nova claridade alegrou os caminhos da humanidade. Pelo Espírito, Deus continua no mundo e Jesus renova sua Aliança com a humanidade. Neste mundo de tantos rumores, prestamos pouca atenção à voz do Espírito, que é suave (At 2, 2-4). A luz de Pentecostes é um dos sinais mais consistentes para uma Igreja sinodal, pois o Espírito sopra em todas as consciências.

A construção da comunidade eclesial primitiva, que vai paulatinamente se estruturando para responder os desafios missionários, se concretiza dentro da comunhão e participação, que solidifica suas bases para adentrar a história dos povos e das nações. Os cristãos se integram no serviço e as funções se caracterizam como serviço e não como poder e

privilégios. Os pastores, presbíteros e diáconos são os primeiros a descer em campo para a evangelização e nos períodos martiriais são os primeiros vitimados pela crueldade dos poderes imperiais romanos. Os cristãos se destacam dos demais cidadãos que não querem comungar seus mesmos ideais de igualdade e solidariedade. De forma progressiva, conforme as necessidades e os apelos da história, a comunidade dos seguidores de Cristo deve prover a evangelização dos povos e o cuidado dos pobres, órfãos e estrangeiros. As perseguições eram motivações mais concretas para a unidade e a comunhão, para que todos se sentissem um corpo; e nas perdas dos seus responsáveis, novos pastores assumiam seus compromissos ministeriais, seja no serviço, seja na coordenação e nos ritos. A vida missionária foi o grande apelo para o crescimento da Igreja. Não pouparam esforços e não fugiram dos perigos, com o propósito de servir ao mandato de Cristo, que é um projeto:

Por fim, apareceu aos Onze, quando estavam sentados à mesa, e censurou-lhes a incredulidade e dureza de coração, por não acreditarem nos que o tinham visto ressuscitado. E disse-lhes: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado (Mc 16, 14-16).

Todas as dificuldades, como os conflitos com o judaísmo oficial, bem como as perseguições, foram assumidas por todos os cristãos. De fato, temos bispos, presbíteros, diáconos, leigos e leigas entre os primeiros mártires da Igreja e na coordenação das comunidades que se multiplicavam em várias partes do Oriente e dos povos dominados pelo Império Romano. Na vida comunitária, celebravam os rituais de iniciação e viviam a *koinonia*, conforme encontramos nos relatos de Lucas, quando este descreve os primeiros passos dos cristãos. Esta primeira comunhão

acontece na partilha dos bens, na pregação da Palavra e na celebração da Ceia do Senhor (At 2, 42-47).

### **3. Uma Igreja sinodal e servidora**

Para entendermos a forma de organização sinodal da Igreja primitiva, precisamos fazer uma radiografia dos primeiros momentos da Igreja, logo depois da “era apostólica”, relatada nos livros do Novo Testamento, que testemunham sobretudo a ação de Paulo, Pedro, Tiago e João, ainda que bem saibamos que os demais discípulos se espalharam pelas diversas regiões do império Romano. Seguindo o modelo dos primeiros cristãos, os primeiros seguidores que os sucederam viviam uma concepção eclesial com algumas características exemplares.

Em primeiro lugar, notamos que os “episcopos” exerciam a autoridade e tinham controle da organização da comunidade, mas o faziam de forma dialogada e como um serviço ministerial. Não se dotavam de privilégios e de poderes mundanos, mas conviviam com seus fiéis como uma comunidade fraterna. Muitos deles, inclusive, trabalhavam e viviam dos próprios trabalhos. Somente depois da cristandade, é que os ministros ordenados para funções ministeriais passam a gozar de privilégios e bens congêneres aos governadores das regiões ou pretores das municipalidades. Neste período, podemos admitir que houve a perda do sentido genuíno da sinodalidade, uma vez que as leis eclesiásticas são acolhidas pelo poder civil e as leis civis tornam-se leis eclesiásticas. As regras tiveram grandes mudanças e os representantes eclesiásticos passam a depender de negociações e pressões para seguir a missão evangelizadora da Igreja (BOGAZ, 2022, p. 113-114).

Em segundo lugar, sabemos que em geral nas comunidades, os representantes nasciam do consenso comunitário e eram escolhidos por sua dedicação e proximidade com a comunidade, fazendo assim com que vivessem como seus pares e não em situações diferenciadas e gozando de bens que eram alheios aos demais membros do grupo. Pela imposição das mãos (BOGAZ, 2022, p. 102), os ministérios e os ministros eram definidos na própria comunidade. Aos ministros era conferida a autoridade para governar a comunidade e presidir os serviços litúrgicos, na simplicidade e com a participação dos fiéis. Pela posição na comunidade não permaneciam em suas sedes, mas eram itinerantes e partiam para novos campos de evangelização. Notava-se nos responsáveis pela comunidade a força inovadora do Espírito que os conduzia para servir sempre mais e com maior dedicação ao povo que lhes era confiada.

A era apostólica, basicamente na primeira metade do século II, tem uma organização com pouco traços de hierarquia e os bispos e presbíteros respondem pelo próprio título do ministério deles, ou seja, presidir a comunidade e os ritos (BOGAZ, 2022, p. 334) e, no caso dos episcopos, guiar e proteger a comunidade. Nesse contexto, os ministérios dos bispos, presbíteros, doutores (catequistas), anciãos e diáconos eram ministérios nascidos na naturalidade das exigências. Testemunhamos no período um governo exercido de forma colegial e participativa, próprio da Igreja sinodal. Podemos dizer que havia grande equivalência entre os fiéis e evitavam-se os privilégios advindos das funções. Em ritmo de corresponsabilidade, a comunidade cristã participa da autoridade dos seus pastores.

De fato, a perda da sinodalidade ocorre quando da formatação de funções hierárquicas bem definidas e com a integração com os poderes do Estado. A preocupação com a unidade da Igreja e a luta contra as heresias fizeram com que os ministérios assumissem poderes cristalizados, que passaram a ser exercidos com força de punição e de estratificação das funções (BOGAZ, 2022, p. 326). As funções que eram mais participativas passaram a ser entregues aos pastores, que convocam os presbíteros e lhes dão autoridade, e esse controle se estende também aos rituais. A neblina sobre a sinodalidade, que será sempre uma reconquista na história da comunidade cristã, tornou-se mais forte e exige em todos os períodos da história um resgate para que se volte às origens.

#### **4. Raízes patrísticas de uma Igreja sinodal**

O Concílio Vaticano II nos acenou para a volta às fontes. Ao tratar do tema, como fontes, refere-se às tradições bíblicas e à edificação do corpo eclesial nos primeiros séculos do cristianismo, quando os ensinamentos de Jesus (pregações, ações, conversações) foram levados à prática na formação das primeiras comunidades, unindo os elementos revelados às culturas e linguagens dos povos que abraçaram o cristianismo.

O despertar para a inovação e resgate da genuinidade dos primeiros seguidores de Jesus Cristo foi um brinde dos padres conciliares que procuraram apontar caminhos para superar as proposições apologéticas da evangelização e abrir um diálogo aberto com as inovações da realidade contemporânea, inspirando-se nas práticas dos primeiros tempos da comunidade cristã. Esta volta às fontes patrísticas, para redesenhar o rosto da Igreja, com maior participação, comunhão e missionariedade foi se

ampliando com muitos teólogos europeus e especialmente muitos pastores da Igreja, entre eles: Dom Antonio Fragoso, Dom Helder Câmara, Dom José Maria Pires e Dom Paulo Evaristo Arns, do Brasil; Dom Enrico Angelo Angelelli, da Argentina; e Dom Leônidas Proaño, do Paraguai (BOGAZ; HANSEN; COUTO, 2021, p. 264). A busca de uma Igreja participativa, como um resgate histórico, é muito marcante nas décadas pós-conciliares.

Os primeiros sucessores dos Apóstolos, que se denominam comumente como “padres apostólicos”, buscaram em comunhão unificar as doutrinas, disciplinas, práticas litúrgica e particularmente o exercício da autoridade, como necessidade de superar rupturas e fragmentações entre as primeiras comunidades. Estes padres ainda colhiam das experiências dos apóstolos, tanto que alguns dentre eles estão na sucessão imediata dos apóstolos que estiveram na origem de suas comunidades, como Inácio em Antioquia, Clemente em Roma, Policarpo em Esmirna, entre outros. Quando se avolumaram as perseguições, tanto políticas quanto doutrinárias, os mesmos padres da Igreja tiveram que se organizar para responder estes desafios. A comunidade de fé originária ganhava contornos, buscando respostas e ações comuns para fazer frente a estes confrontos internos, como o gnosticismo, e externos, como as perseguições, que marcaram os tempos primitivos e sustentaram a concepção de uma Igreja que partilha a vida, sobretudo no enfrentamento ao martírio. O ingresso de cristãos com formação intelectual permitiu à Igreja combater e se defender de calúnias e difamações, bem como o diálogo com as culturas pagãs, particularmente o helenismo cultural e religioso.

As figuras de Diogneto, a de Aristides de Atenas, de Taciano, de Atenágoras, de Teófilo de Antioquia e as principais entre elas, as obras de Justino Mártir (duas *Apologias* e o *Diálogo com Trifão*) e a de Ireneu de Lião (*Contra as Heresias*) mantiveram viva a identidade de uma Igreja sinodal, onde o conjunto dos escritos e das práticas definidas em participação e diálogo possibilitaram atravessar este mar bravio das ameaças ao Cristianismo. Cristo vem como presença divina a todos os povos, como aprendemos com Justino de Roma e vem nos anunciar a integração de toda humanidade e a comunhão entre os povos. Assim, ele se expressa: “Aprendemos que Cristo é o primogênito de Deus e que é o Lògos, do qual participa todo o gênero humano” (JUSTINO, *Apologia* 1, 46).

Numa busca constante de comunhão, procuraram alicerçar as estruturas básicas da Igreja e a unidade ritual e sacramental. Numa Igreja sinodal no tempo patrístico, falamos de essência comum e nunca em “uniformidade”. As bases comuns, como as Sagradas Escrituras e as experiências vividas com os apóstolos na formação das primeiras comunidades permitiram a unidade e a abertura aos povos evangelizados possibilitaram a pluralidade das comunidades particulares. Este é, por certo, o propósito da sinodalidade nos tempos primitivos e torna-se ainda hoje a inspiração para uma Igreja sinodal.

Uma Igreja sinodal, assim como a teologia sinodal, permitiram as longas discussões sobre os temas doutrinários e enriqueceram nossa tradição. Mais que isso, o encontro com as culturas, sustentado pelas bases escriturísticas, foi fundamental para aprofundar os temas e chegar a bens comuns, acolhidos por todas as comunidades que se espalhavam pelo

Império Romano e tantas outras regiões onde o cristianismo foi semeado e fecundou. A Igreja sinodal transpassava as Igrejas particulares e abrangia todos os patriarcados e outras igrejas locais que floresciam. Se pensamos nos sacramentos, testemunhamos os frutos da prática sinodal do cristianismo primitivo. Com distinções peculiares de cada patriarcado, reconhecemos a identidade dos valores essenciais dos rituais, como por exemplo, os símbolos, as orações, os gestos e as matérias fundamentais necessárias para a validade sacramental. A força do catecumenato (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2017, p. 106) é uma expressão significativa do espírito de comunhão e participação, pois as tradições do Ocidente, sejam Roma, Gália, Milão, eram semelhantes àsquelas do Oriente. Mesmo as celebrações do Advento e do Natal e da Epifania se unificam pelo diálogo e abertura aos bens rituais e doutrinários das distintas comunidades.

## **5. Unidade e pluralismo como valores sinodais**

Vivências comuns unificavam os cristãos no período patrístico, como a perseguição e a missionariedade. As igrejas comungavam e partilhavam seus bens e se apoiavam nas perseguições. O Estado Romano, como inimigo comum dos cristãos em todas as partes do Império, os fazia mais unidos e integrados nos ideais. Os povos anunciados na narrativa de Pentecostes demonstram que a diversidade provocava a divergência e esta exigia o diálogo, por vezes muito complexo, na busca de denominadores comuns, que respeitassem as particularidades dos povos, sem perder o fundamental que viera dos testemunhos dos Apóstolos, trazidos nas suas experiências históricas do Jesus de Nazaré. Nada mais interessante para expressar a caminhada sinodal, como as divergências entre as duas grandes

escolas do período, quer dizer, as Escolas de Alexandria e Antioquia. Não foi simples e custou muitos dissabores a construção da unidade, respeitando as divergências na metodologia bíblica, nas concepções filosóficas e nas mentalidades contrapostas. Enquanto a Escola de Antioquia sustentava uma exegese mais literal e histórica, valorizando mais a humanidade de Jesus, a Escola de Alexandria tinha uma reflexão mais espiritual, com sua exegese alegórica, enfatizando sobretudo a divindade de Jesus e a valorização da alma humana.

Num diálogo em busca de comunhão, perceberam os limites e as possibilidades ortodoxas dos dois olhares teológicos e definiu-se posturas equilibradas para a espiritualidade cristã. Ainda em nossos tempos, a busca deste equilíbrio entre as duas posturas espirituais e teológicas é exigido, para evitar discriminações e superar as tendências exclusivistas que promovem a divisão e o desequilíbrio na fé cristã. Os sínodos, e algumas vezes os Concílios, como encontros dialogantes, venceram os impasses e refizeram as rupturas.

Para que a sinodalidade não provocasse a ruptura da unidade, um Padre da Igreja do século V, Vicente de Lèrins, monge gaulês, escreveu um grupo de normas, o *Commonitorium*, com o objetivo de normatizar as interpretações dos textos bíblicos e proteger a ortodoxia cristã nos enfrentamentos das heresias. Na verdade, tratava-se de uma tentativa de evitar as interpretações divergentes e contraditórias dos textos bíblicos, que levava ao esfacelamento da Igreja entre seus diversos patriarcados e suas escolas teológicas, que sustentavam a doutrina e os ritos. Ele descreve que

as proposições dum mesmo escritor são comentadas diversamente por homens diversos, a tal ponto que parece ser possível delas serem extraídas tantas opiniões quantos forem os homens. Eis por que dediquei constantemente meus maiores desvelos e minhas diligências

ANO 30, Nº 1 (JAN-JUN), 2022, P.103-129.

a investigar, entre o maior número possível de homens eminentes em saber e santidade, a maneira de achar uma norma de princípios fixos e, se possível, gerais e orientadores, para distinguir a verdadeira fé católica das degradantes corruptelas da heresia (VICENTE DE LÈRINS, 2019, p. 434, 17)

Ao mesmo tempo em que evitasse as heresias, unificaria os mesmos princípios éticos e morais das comunidades, evitando divergências no cumprimento dos ensinamentos dos cristãos. A sinodalidade torna mais frágil, certamente, a defesa da unidade, mas garante o diálogo e evita as grandes rupturas. Na impossibilidade do diálogo, os grupos divergentes promovem cismas incontornáveis que depois se perpetuam nos séculos, a menos que seus seguidores desapareçam paulatinamente.

Os conflitos internos em tempos de sinodalidade eram inevitáveis, mas sempre eram superados pelas condições definidas pelas partes antes mesmo de iniciar as conversações decisórias. Eram decididas as formas de votações, a participação nos sínodos e concílios, mas a força de unidade advinha sempre das inspirações de suas lideranças carismáticas. Desde os tempos dos apóstolos as discussões entre os cristãos eram concretas, como é a longa divergência entre os cristãos judaizantes de Jerusalém e os cristãos helenistas de Corinto. Os falsos profetas, que usurpavam o nome de Jesus para seus interesses religiosos ou espúrios eram excomungados pelas comunidades de fiéis. A metodologia de organização eclesial permitia o diálogo, a defesa e as decisões eram participativas. Na Igreja, mais livre e não submetida ao poder político romano, a liberdade das discussões era mais aberta e tolerante. Com a perseguição, que era uma ameaça à família cristã, os cristãos se sentiam mais motivados para integrar suas forças e unificar seus ideais, buscando aproximação entre os patriarcados.

Destacamos ainda a autonomia entre as Igrejas, sobretudo as mais distantes de Roma, como aquelas da África e da Síria, que permitiam elaborar suas normas disciplinares e sobretudo seus rituais sacramentais. Entre estas questões, encontramos a divergência entre a data da Páscoa, que gerou uma polêmica importante no século III, que depois foi dirimida pelo Concílio de Nicéia (325), que unificou as duas datas. Mesmo discordando do Papa, os bispos lhe confessavam obediência. Desde então, em todas as Igrejas no mundo inteiro, a solenidade de Páscoa é celebrada no primeiro domingo depois do primeiro plenilúnio de primavera. Irineu o grande articulador da superação da controvérsia foi elogiado por Eusébio como “promotor da paz que exortou e negociou tais questões para manter a unidade e a paz entre as igrejas” (BOGAZ, 2022, p. 107). Tal distinção se encontra ainda quando se refere às práticas do jejum, que buscou, segundo Eusébio de Cesaréia, no diálogo a sua unificação (EUSÉBIO DE CESAREIA, 1999, p. 23). A sinodalidade da Igreja primitiva possibilitou a enculturação do cristianismo nos diversos povos, com suas formas linguísticas e seus símbolos religiosos, ainda que a predominância helênica fosse preponderante, pois era a cultura de maior abrangência naqueles primeiros séculos da Igreja cristã.

De fato, os problemas teológicos e cristológicos acirraram as discussões em nível altamente especulativo, e acabaram introduzindo nas comunidades categorias e conceitos de densidade metafísica como os de geração, criação, emanção, processão, substância, consubstancial, hipóstase, pessoa, vontade, natureza, livre-arbítrio. Se isso representou um relativo crescimento e progresso do pensamento cristão, produziu, por outro lado, a paralização posterior pela fixação de um vocabulário tido

como único capaz de reter a verdade absoluta. A Igreja, que é um corpo místico, é também um corpo histórico e é dentro desta história que deve tecer seus enlaces culturais (simbologia, religiosidade, cosmovisão e outros) com todos os povos. Isso somente é possível se em todos os seus campos de evangelização e permanência for cultivado o bem da autonomia e da participação que torna possível o diálogo, sem jamais perder a essência da comunhão com todos as Igrejas do mundo inteiro, que tem sua unificação na Igreja universal. O diálogo aberto e confiante somado ao respeito e valorização das autoridades eclesiais permitirão descobrir sempre caminhos novos, e a busca de comunhão e participação serão os elementos basilares desta caminhada sempre fecunda, inspirada no evento Jesus Cristo, iluminada pela luz divina do Espírito Santo, para louvor e glória de Deus Pai.

## **6. Inspirações para uma Igreja sinodal**

Para a construção da Sinodalidade, no Documento Preparatório, o Papa indica alguns passos que tornam este caminho a forma, o estilo e a estrutura da Igreja renovada. Em primeiro lugar, resgatar a espiritualidade e “fazer memória de como o Espírito orientou o caminho da Igreja ao longo da história e como hoje nos chama a ser, juntos, testemunhas do amor de Deus”.

Em segundo lugar, renovar a Igreja e seus quadros litúrgicos, administrativos e pastorais, num “processo eclesial participativo e inclusivo, que ofereça a cada um – de maneira particular àqueles que, por vários motivos, se encontram à margem – a oportunidade de se expressar e de ser ouvido, a fim de contribuir para a construção do Povo de Deus”; Em

terceiro lugar, perceber a grandeza e a variedade dos dons e dos carismas dos cristãos, sempre com vistas ao bem da comunidade e de toda humanidade. Desta feita, todos devem se sentir responsáveis para anunciar o Evangelho e edificar o Reino de Deus entre nós. Para tanto ainda é preciso repensar as estruturas de poder e seus mecanismos de exercício, superado o poder como privilégios e desigualdades estruturais. “No mundo, os poderosos oprimem e se enriquecem com seus poderes. Entre vós não deve ser assim” (Mt 20, 25-28). O Documento ressalta ainda alguns passos, como elenca na sua introdução: experimentar formas participativas de exercer a responsabilidade no anúncio do Evangelho e no compromisso para construir um mundo mais belo e mais habitável; examinar como são vividos na Igreja a responsabilidade e o poder, e as estruturas mediante as quais são geridos, destacando e procurando converter preconceitos e práticas distorcidas que não estão enraizadas no Evangelho; credenciar a comunidade cristã como sujeito credível e parceiro fiável em percursos de diálogo social, cura, reconciliação, inclusão e participação, reconstrução da democracia, promoção da fraternidade e da amizade social; regenerar as relações entre os membros das comunidades cristãs, assim como entre as comunidades e os demais grupos sociais, por exemplo, comunidades de crentes de outras confissões e religiões, organizações da sociedade civil, movimentos populares, etc; favorecer a valorização e a apropriação dos frutos das recentes experiências sinodais nos planos universal, regional, nacional e local (FRANCISCO, 2021, p. 2-3).

Ser sinodal pertence à essência da Igreja desde os primórdios. Se por vezes, tornou-se mais monocrática ou excessivamente hierárquica, sabemos que não é essa sua forma de existir na história. Não se trata, de qualquer

forma, de uma instituição jurídico-canônica simplesmente, embora deva ter sua organização e seu governo bem alicerçado, mas suas formas institucionais devem divergir daquelas civis, onde o poder se impõe como prepotência e dominação. Na Igreja, a forma de governar deve pautar-se na motivação e participação comunitária.

## **7. Resgate de uma tradição**

Estamos na reconquista do processo de “caminhar juntos”, que é a síntese da compreensão sinodal eclesial. Por este princípio, partimos da premissa que é preciso escutar o povo de Deus, desde seus mais simples fiéis, para que possamos sentir a força imperativa de suas necessidades. Quando a Igreja não dá atenção aos apelos do povo e nem se integra nas necessidades das instituições no mundo contemporâneo, acaba ficando isolada e não envolver seus fiéis. Estes escutam silenciosamente, nos fazem pensar que estão dando ouvidos, mas suas práticas se afastam das proposições da hierarquia. Com o Papa Francisco, entendemos que para ser coerente e verdadeira, a proposta sinodal deve acolher as ansiedades das comunidades em suas necessidades religiosas e humanas mais íntimas. É necessário ainda ouvir outras comunidades religiosas não cristãs e mesmo povos de outras confissões religiosas. Não se trata de curvar-se diante de grupos maliciosos que pretendem dominar a Igreja, mas simplesmente abrir o espírito para o diálogo, para crescer na adversidade e na diferença, sempre inovando o ser cristão no mundo atual.

Os últimos sínodos dos Bispos revelam a importância de dialogar com o povo de Deus, sobretudo valorizando as próprias composições destas bases, sejam os religiosos, educadores, leigos, mulheres, missionários,

entre outros. Fica difícil fazer sínodos sem que os protagonistas do tema em questão estejam ausentes e não estejam na discussão e nem sejam ouvidos. De fato, a partir do Concílio Vaticano II, a sinodalidade tem sido marcada por momentos fortes de escuta, para valorizar o rebanho de Cristo espalhado pelo mundo inteiro. Os pastores da Igreja têm procurado ouvir seus apelos e dar respostas aos seus questionamentos e cada vez mais são convidados para integrar as assembleias sinodais nos temas que lhes dizem respeito.

Com os sínodos, todas as reflexões da Igreja e todas as decisões passaram a ter maior iluminação com a contribuição das culturas dos vários povos e também a realidade de seus povos. Passaram a ser ouvidos mais intensamente os pastores, clero, religiosos e leigos do mundo inteiro. A Igreja passou a ter maior atenção aos seus brados e suas necessidades, sobretudo dos povos e grupos oprimidos e das mulheres, com participação mais efetiva e não demagógica.

Tantas reflexões, pesquisas e escuta mais atenta passaram a ser a matéria prima das exortações apostólicas pós-sinodais, assinadas pelos Papas pós Vaticano II. Além de ser uma reminiscência da colegialidade episcopal, tornaram-se também um espaço para as comunidades. Neste itinerário, o clamor dos povos torna-se uma preocupação do Papa Francisco. O processo de “caminhar juntos”, na construção de uma Igreja participativa, que é um apelo do Concílio Vaticano II, tem buscado escutar todas as expressões do povo de Deus, colhidos nas bases das comunidades cristãs, ao redor do mundo inteiro, com suas necessidades específicas.

Quando refazemos os primeiros passos do ordenamento dos ministérios litúrgicos dentro das celebrações, ainda na sua primeira gênese de sua formação, reconhecemos uma grande simplicidade e partilha entre

os fiéis. Os próprios ministérios estão em elaboração e são pequenos serviços para celebrar o mistério divino e integrar nele o povo caminhante. Desta feita, a perspectiva das celebrações acarreta maior presença e atuação dos ministérios. A vida eclesial inspirada pelos ensinamentos do Concílio Vaticano II, promoveu maior participação dos leigos. O exercício dos serviços litúrgicos gera vida nova nas relações entre os diversos momentos da celebração. Neste itinerário, leigos e leigas tiveram grande inclusão, tornando as liturgias mais participativas e conscientes. Libertando-se dos rituais cristalizados, como o espírito da espontaneidade, surgem muitos ministérios que envolvem os fiéis, sobretudo os mais simples. Os ministérios tornaram mais integrativos os rituais cristãos e menor a centralidade do culto (BOGAZ, 2018, p. 87).

O Papa Francisco insiste em colher as impressões, testemunhos e referências das comunidades, em busca de “comunhão, participação e missão”. Entendemos como sendo uma ação comunitária, onde os ritos procuram representar toda a vivência cultural do povo de Deus, trazendo em si a linguagem, gestos e símbolos que se aproximam do ritual cristão. Este é, sem dúvida alguma, um dos trabalhos mais delicados e árduos da reforma litúrgica ao longo destes cinquenta anos. Para que possamos remover o ritualismo e os costumes tão tradicionais que temos, sem perder a unidade fundamental do ritual cristão da Igreja, devemos compreender um pouco mais todos estes significados que estão no Vaticano II (BOGAZ, 2018, p. 37).

A comunhão é o desejo de vivermos juntos todas as realidades eclesiais e sociais do mundo, onde os personagens do clero e do laicato sejam parceiros nas buscas e nas conquistas de espaços de evangelização.

A participação é efetiva quando as bases são convidadas para as fases de decisão e não apenas para compor números no cumprimento e legitimação de decisões anteriormente definidas. A missão é de todos em todos os campos, sejam as atividades internas da Igreja, como a vida litúrgica e a evangelização, bem como a representação da Igreja diante das esferas civis e políticas.

## **Conclusão**

A sinodalidade implica um caminho educativo, para renovar a mentalidade dos cristãos, ou seja, que as autoridades eclesiais aprendam a compartilhar as decisões e os ministros e os leigos assumam que devem se integrar nestas esferas eclesiais e superem a passividade histórica nos rumos das decisões que implica todo povo de Deus.

No Documento Preparatório, percebemos a dificuldade de renovar o olhar para construir uma Igreja de comunhão e participação, pois “a espiritualidade do caminhar juntos é chamada a tornar-se princípio educativo para a formação da pessoa humana e do cristão, das famílias e das comunidades” (FRANCISCO, 2021, introdução). Fica sempre o desafio de formar as pessoas, sobretudo aquelas que desempenham funções de responsabilidade no seio da comunidade cristã, com o objetivo de renunciarem à forma monocrática de governar e serem capazes de “caminhar juntas”, ouvir mutuamente e dialogar.

Travamos assim um diálogo permanente, onde todos somos ouvintes da voz do Espírito, participando com coragem, liberdade, verdade e caridade. Todos somos participantes de um mesmo Espírito, que é o bem originário da vocação cristã. As lideranças da Igreja, sejam seus pastores e

clero em geral, devem redescobrir a importância da comunhão, fazendo crescer a participação ativa nos ministérios e a força missionária, sem a qual o clero e a vida religiosa não conseguem atingir os recônditos mais profundos da sociedade.

Ainda retomando a Homilia da Missa de Abertura do Sínodo, o Papa explica que “o Sínodo é um caminho de discernimento espiritual, de discernimento eclesial, que se faz na adoração, na oração, em contato com a Palavra de Deus. E a segunda Leitura de hoje diz-nos precisamente que a Palavra de Deus “é viva, eficaz e mais afiada que uma espada de dois gumes; penetra até à divisão da alma e do corpo, das articulações e das medulas, e discerne os sentimentos e intenções do coração” (Heb 4, 12).

O Papa apresenta a sinodalidade como um desafio para renovar sempre mais a forma, estilo e estrutura da Igreja em todos os seus níveis, seja universal, diocesana e paroquial, para que todos se sintam responsáveis pelas suas pastorais, ministérios e evangelização. Este é um clamor para que a Igreja siga sendo sempre mais e mais fecunda no mundo. Espera-se de todas as Igrejas particulares um caminho de cooperação e comunhão, para que a Igreja continue sempre fecunda na sociedade, afinal, a Igreja é dinamizada pelo Espírito Santo, é o povo de Deus na construção do Reino de Deus. Afinal, como repetimos em todas as encruzilhadas da história: *Ecclesia semper reformanda*.

### **Referências bibliográficas**

BOGAZ, A. S.; HANSEN, J. H.; COUTO, M. A. Jubileu de ouro de Medellín: seus padres e seus ensinamentos. *In: Espaços*, 26(2), São Paulo: ITESP, 2021. pp. 241–264.

BOGAZ, A. S.; COUTO, M. A.; HANSEN, J. H. *Patrística, caminhos da tradição cristã*. São Paulo: Paulus, 2017.

BOGAZ, A. S. *Vocabulário Teológico. Teologia Patrística*. São Paulo: Paulinas, 2022.

BOGAZ, A. S.; HANSEN, J. H. *Novos tempos da liturgia cristã*. São Paulo: Paulus, 2018.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo Século, 1999.

FRANCISCO. Momento de reflexão para o início do percurso sinodal. Discurso do Papa Francisco. 09/10/2021. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/october/document\\_s/20211009l](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/october/document_s/20211009l)> Acesso em 09 jul. 2022.

VICENTE DE LÈRINS. *Comonitório. Memorial contra os hereges*. São Vicente: Clube de Autores, 2019.